

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

Digníssimo (a) Pregoeiro (a) da Prefeitura Municipal de Joaçaba  
Estado de Santa Catarina

Ref.: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2016/FMS

**ROSSANE SERAFIM MATOS EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 03.302.477/0001-10, localizada na rua Caçador, nº 29, bairro Borda do Campo, cidade de São José dos Pinhais – PR, neste ato por sua representante legal e procuradora abaixo subscritas, nos termos do art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, vem, por meio desta, oferecer **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** de pregão presencial supra citado, o que faz com base nas razões a seguir expostas.

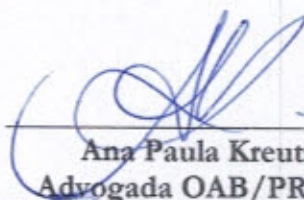
Posto isto, respeitosamente requer o acolhimento e o provimento da presente impugnação, a fim de que sejam corrigidas as irregularidades constantes do edital.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

São José dos Pinhais, 09 de setembro de 2016.



Vanda Pereira Rosa  
Procuradora



Ana Paula Kreutzer  
Advogada OAB/PR 61.755

03.302.477/0001-10

ROSSANE SERAFIM MATOS - EPP

Rua Caçador, 29 Térreo  
Borda do Campo - Cep: 83075-120  
São José dos Pinhais - PR

Digníssimo (a) Senhor (a) Pregoeiro (a),

**Razões de Impugnação ao Edital de Pregão Presencial nº 18/2016/FMS**

A presente licitação tem como objeto a materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento – PA, ESF's e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

No entanto, os itens 88, 89 e 90 do seu Anexo I afrontam diretamente a Lei 8.666/93 e o respectivo processo licitatório, razão pela qual solicita-se providência no sentido da sua regularização, pelas razões abaixo elencadas.

**1.DOS ITENS 88, 89 e 90 DO EDITAL.**

Os itens 88, 89 e 90 do Anexo I do referido edital apresentam formulação exclusiva, com descrição minuciosa de produto específico, afastando a ampla disputa de concorrência entre outras empresas interessadas. Vejamos.

88	Curativo de hidrofibra composto de carboximetilcelulose sódica e prata iônica em uma concentração de 0,1 a 2% não dispensando a prata no leito da ferida, altamente absorvente, não aderente, estéril, que interaja com o exudato da ferida formando um gel macio, que mantenha o meio úmido, com drenagem vertical, mantendo o fluxo distante da ferida e pele circundante, indicado para lesões planas e/ou cavitárias, feridas crônicas, ulcerativas, traumáticas e cirúrgicas, e em queimaduras. Para o tratamento de queimaduras de espessura parcial, que permaneça até 14 dias mantendo a ação antimicrobiana contra uma ampla gama de micro-organismos incluindo enterococos resistentes a vancomicina (VRE), staphylococos resistentes a metilina (MRSA) e pseudomonas. Tamanho: 10 x 10 cm. Apresentar bula junto à proposta.	225	un
89	Curativo de hidrofibra composto de carboximetilcelulose sódica e prata iônica em uma concentração de 0,1 a 2% não dispensando a prata no leito da ferida, altamente absorvente, não aderente, estéril, que interaja com o exudato da ferida formando um gel macio, que mantenha o meio úmido, com drenagem vertical, mantendo o fluxo distante da ferida e pele circundante, indicado para lesões planas e/ou cavitárias, feridas crônicas, ulcerativas, traumáticas e cirúrgicas, e em queimaduras. Para o tratamento de queimaduras de espessura parcial, que permaneça até 14 dias mantendo a ação antimicrobiana contra uma ampla gama de microorganismos incluindo enterococos resistentes a vancomicina (VRE), staphylococos resistentes a metilina (MRSA) e pseudomonas. Tamanho: 15 x 15 cm. Apresentar bula junto à proposta.	225	un
90	Curativo Especial Hidrocoloide, com bordas delgadas, translúcido, com película lisa de	250	un



baixa fricção, com linha demarcatória que indica o momento da troca do curativo. Curativo estéril composto por gelatina, pectina e carboximetilcelulose, polisobutileno e polímeros elastoméricos com camada externa de poliuretano que oferece barreira bacteriana e viral. Tamanho 14 x 14 cm. Com registro no Ministério da Saúde.		
---	--	--

Para os itens 88 e 89, o descritivo acaba direcionando o edital para o produto **Aquagel AG**, da marca **Convatec**, e por consequência, afasta a ampla concorrência e fere o princípio da busca pela proposta mais vantajosa, já que seria hábil a afastar a participação de outras empresas com produtos excelentes, que atendem à finalidade editalícia, e que podem ofertar melhor preço ao ilustre Município.

É o caso do produto **Biatain Alginato AG**, da marca **Coloplast Wound**. Com excelência na área, tal produto possui grande aceitação, ótimo custo-benefício e excelente resposta em queimaduras, na medida em que dispensa prata no leito da ferida de maneira sustentada. Em razão de possuir alginato em sua composição, tal produto oferece ainda o benefício da absorção superior e da hemostasia de pequenos sangramentos.

Salienta-se que o **Biatain Alginato AG** é um produto cujo descritivo técnico se encontra dentro da concentração da prata solicitada pelo ilustre Município, possuindo ainda o mesmo tamanho solicitado em edital.

Desta forma, solicitamos a correção do edital para fazer constar, em seu descritivo técnico de nº 88 e 89, do Anexo I, o seguinte texto, visto que possibilitará a abrangência de outras marcas no mercado de curativos:

Curativo de hidrofibra composto de carboximetilcelulose sódica e prata iônica em uma concentração de 0,1 a 2%, altamente absorvente, não aderente, estéril, que interaja com o exudato da ferida formando um gel macio, que mantenha o meio úmido, com drenagem vertical, mantendo o fluxo distante da ferida e pele circundante, indicado para lesões planas e/ou cavitárias, feridas crônicas, ulcerativas, traumáticas e cirúrgicas, e em queimaduras mantendo a ação antimicrobiana contra uma ampla gama de microorganismos incluindo enterococos resistentes a

vancomicina (VRE), staphylococos resistentes a meticilina (MRSA) e pseudomonas. Tamanho: 15 x 15 cm.

Em não aceitando a alteração do edital em forma de errata, requeremos com veemência seja os itens 88 e 89 abertos para que esta empresa possa participar com o **Biatain Alginato AG**, da marca **Coloplast Wound**, de forma a prestigiar a ampla concorrência e a busca da proposta mais vantajosa.

No que tange ao item 90, temos que o descritivo está direcionado, pois ao estabelecer que haja três hidrocolóides (gelatina, pecnina e carboximetilcelulose sódica), o item acaba direcionando a licitação para apenas uma marca comercial, qual seja, a **Convatec**.

Observe, ilustre Pregoeiro (a), que as coberturas de hidrocolóides são estéreis e possuem camadas: uma externa, composta por filme de poliuretano e elastômeros, flexível e impermeável à água e bactérias; e uma camada interna compostas de partículas hidroativas à base de hidrocolóides, que podem ser de carboximetilcelulose + alginato de cálcio ou de carboximetilcelulose gelatina e/ou pectina, que não necessariamente precisam estar associados.

A função desses hidrocolóides é a de interagir com exsudato da ferida, formando um gel amarelo, viscoso. Sua indicação é para a prevenção e/ou tratamento de feridas traumáticas, cirúrgicas, com pequena ou média quantidades de exsudação, independentemente de ter ou não tecido necrótico; áreas doadoras de pele, úlceras venosas e úlceras por pressão estágio I a IV.

Portanto, não se figura razoável que seja aceito o descritivo do item 90, na medida em que esta empresa Impugnante possui produto que atende em 100% o solicitado em edital, servindo perfeitamente para os fins almejados pela Administração.

Trata-se do produto **Comfeel Plus**, da marca **Coloplast Wound**. Ele é composto por carboximetilcelulose e alginato de cálcio, fazendo com que ele tenha uma



capacidade de absorção superior às demais marcas oferecidas no mercado e, assim, apresente melhor custo-benefício ao Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba.

Ademais, tal produto possui grade demarcatória que indica o momento da troca e, assim, acaba auxiliando igualmente na mensuração da ferida. Desta forma, a fim de evitar o direcionamento do descritivo do item 90, sugerimos seja o texto reescrito para o seguinte modelo:

Curativo Especial Hidrocoloide, com bordas delgadas, translúcido, com película lisa de baixa fricção, com linha ou grade demarcatória que indica o momento da troca do curativo. Curativo estéril composto por gelatina, pectina e carboximetilcelulose, polisobutileno e polímeros elastoméricos ou carboximetilcelulose e alginato de cálcio com camada externa de poliuretano que oferece barreira bacteriana e viral. Tamanho 14 x 14 cm ou 15X15.

Portanto, requer-se a alteração dos descritivos contidos nos itens 88, 89 e 90 do edital para que possibilite a participação de outras empresas, primando-se pelo princípio da ampla concorrência.

Ressalta-se que a negativa de alteração destes itens infringe os princípios licitatórios, eis que a prevalência da contratação de marcas específicas para a aquisição de produtos objeto de licitação sem qualquer justificativa aparente que possa legitimar a restrição é contrária à legislação pátria, por caracterizar-se como uma exigência restritiva que frustra o caráter competitivo da licitação.

*In casu*, não há fundamento legal para estabelecer a preferência em favor das marcas a que os descritivos do anexo do edital aludem. Neste sentido, de acordo com a lei 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, é indispensável que os princípios que regem o instituto da licitação sejam respeitados, a fim de se evitar vícios em todo o certame, ferindo os princípios da impessoalidade e da

vinculação ao instrumento convocatório, frustrando-se assim o caráter competitivo e a busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Ademais, é sabido que a legislação pátria veda, como regra, a preferência de marcas, já que tal fato é hábil a caracterizar o direcionamento do certame. Isto porque ao afastar os interessados que comercializam os mesmos produtos, porém oriundos de outros fornecedores, estar-se-ia o edital incidindo na infringência aos princípios basilares da licitação, quais sejam, da **impeccabilidade** e da **vinculação ao instrumento convocatório**, o que por consequência frustra a competitividade e a proposta mais vantajosa para a Administração.

Como forma excepcional, encampou-se a concepção de que a indicação da marca é admissível para fins de padronização, **desde que acompanhada por razões de ordem técnica e/ou econômica**, e sempre observando-se a proposta mais vantajosa para a Administração.

Todavia, o presente edital não aponta em nenhum momento as razões de ordem técnica e/ou econômica da preferência pelas composições químicas nos moldes aos quais foram indicadas no anexo. Tal conduta é vedada pelos arts. 14 e 15, da lei 8666/93, que dispõe acerca da necessidade do objeto licitatório ser descrito de forma adequada e clara, evitando-se qualquer subjetividade.

À propósito, observe-se os seguintes julgados:

A indicação de marca na licitação deve ser precedida da apresentação de justificativas técnicas que demonstrem, de forma clara e inafastável, que a alternativa adotada é a mais vantajosa e a **única que atende às necessidades da Administração**. (Acórdão n. 636/06, Plenário, Rel. Min. Valmir Campelo). (grifo nosso)

ACORDAM os Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível deste TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, por unanimidade de votos em dar provimento ao Agravo de Instrumento. EMENTA: 1) DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.



**EXIGÊNCIAS DO EDITAL. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E PRODUTOS DE MARCA ESPECÍFICA. LIMITES DA DISCRICIONARIDADE. SUSPENSÃO DO CERTAME. "FUMUS BONI JURIS" E "PERICULUM IN MORA" PRESENTES.** a) Pela ótica sumária própria do Agravo de Instrumento, vislumbra-se o "fumus boni juris" e o "periculum in mora" necessários ao deferimento do pedido liminar de suspensão do procedimento de licitação instaurado pela Assembléia Legislativa do Paraná visando à administração de seu Centro de Educação Infantil (escola/creche). b) É que, por ora, não se justifica a rigidez das exigências impostas pelo Edital quanto à qualificação técnico-profissional dos agentes que irão desempenhar as funções contratadas. c) **Também não restou esclarecido os motivos pelos quais a Comissão Licitante optou pela indicação de produtos alimentícios de marcas específicas para compor o cardápio do Centro de Educação Infantil.** d) Embora não se negue que o gestor público tem poder discricionário para eleger os critérios de seleção de candidatos que melhor se adequem às suas finalidade, tal poder não é ilimitado e pode ser submetido ao crivo do Poder Judiciário. 2) **AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.** (TJPR. Processo: 569758-5. Acórdão: 25465. Data Publicação: 09/11/2009. Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível - Data Julgamento: 20/10/2009). (grifo nosso)

Assim, a indicação de marca pela Administração apenas seria possível em caso de elaboração de um verdadeiro processo de padronização, nos termos do art. 15, I, lei 8.666/93, de forma a justificar a escolha. Contudo, inexistente tal processo de padronização, no qual se informa as características técnicas uniformes estabelecidas pela Administração, justificando as necessidades desta com relação à marca apontada.

Neste sentido, impugna-se o edital a fim de possibilitar a abrangência das composições técnicas do objeto licitatório, possibilitando-se assim a concorrência de outras empresas, as quais poderiam possibilitar a apresentação da proposta mais vantajosa à Administração.


## **2. DOS PEDIDOS.**

Diante do exposto, respeitosamente requer-se o acolhimento e provimento desta impugnação, a fim de que sejam tomadas as devidas providências para a **correção das irregularidades constantes do edital** – quais sejam, itens 88, 89 e 90 do Anexo I –, de modo a que designe-se nova data para a realização do certame, ou

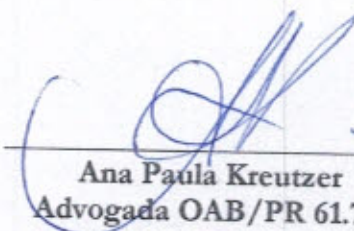
permita-se a disputa e oferta de lances de empresas que atendam às finalidades buscadas pelo edital, ainda que não atendam estritamente ao descritivo direcionado contido nos itens 88, 89 e 90.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

São José dos Pinhais, 09 de setembro de 2016.



**Vanda Pereira Rosa**  
Procuradora



**Ana Paula Kreutzer**  
Advogada OAB/PR 61.755

[03.302.477/0001-10]

ROSSANE SERAFIM MATOS - EPP

Rua Caçador, 29 Térreo  
Borda do Campo - Cep: 83075-120  
São José dos Pinhais - PR